

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

03/10/2015

O Estado de S.Paulo

Polícia Federal apura "compra" de MP

O Estado de S. Paulo - 03/10/2015

Investigadores vão rastrear pagamentos de empresas de lobby suspeitas de negociar ato normativo que prorrogou incentivos fiscais

Andreza Matais
Fábio Fabrini / BRASÍLIA

Polícia Federal e Ministério Público Federal investigam a suposta compra de uma medida provisória no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, revelada pelo Estado. Inquéritos sobre o caso são um desdobramento da Operação Zelotes, que apura esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Uma das estratégias dos investigadores é rastrear os pagamentos do escritório Marcondes & Mautoni e da SG R Consultoria, empresas de lobby que negociaram pagamentos de R\$ 36 milhões com a MMC Automotores, representante da Mistubishi, e o Grupo CAO A, que fabrica veículos da Hyundai.

O objetivo, conforme revelou o Estado, era conseguir a edição de um ato normativo que prorrogasse incentivos fiscais do setor por cinco anos, o que foi feito por meio da MP 471. Os documentos descrevem pagamentos de 2009 a 2015 às empresas. Mensagens trocadas por envolvidos nas negociações mencionam a oferta de propina para agentes públicos viabilizarem a norma.

A oposição pressiona para que a CPI do Carf também aprofunde as investigações sobre a suposta compra da MP. "Se escândalo envolvendo favores tributários não for objeto da CPI, não sei mais o que vamos investigar", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Para ele, os citados devem se apresentar à comissão para se explicar.

Transações financeiras entre o escritório Marcondes & Mautoni, que atua como representante de montadoras em entidades do setor, e a LFT Marketing Esportivo são um dos alvos da investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. A empresa tem como sócio Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Luís Cláudio confirmou ao Estado que recebeu R\$ 2,4 milhões, entre 2014 e 2015, por projeto desenvolvido em sua área de atuação, o "esporte". Mas não informou quais serviços prestou.

Documentos mostram que o escritório também fez seis pagamentos a Paula Abreu Barcellos, mulher do pecuarista Jonas Barcellos, amigo do ex-presidente Lula, no valor de R\$ 5,9 milhões,

entre dezembro de 2011 e maio 2012. O escritório afirmou que comprou um imóvel de Paula Abreu e que "a escritura está de posse da Polícia Federal, que poderá confirmar a veracidade da informação". Paula não foi localizada.

A consultoria fez ainda, em 2013, pagamento para o escritório Spíndola Palmeira Advogados, que pertence aos filhos da ex-secretária Lytha Spíndola, que na época da discussão da MP era secretária da Câmara de Comércio Exterior, ligada ao Ministério do Desenvolvimento. A pasta foi uma das responsáveis pela elaboração da norma.

Defesa. A Marcondes informou que contratou o escritório Spindola Palmeira "em razão de sua reconhecida expertise em direito tributário" e negou que a ex-secretária tenha atuado nas discussões da medida provisória. "Nunca houve qualquer entendimento com Lytha acerca da edição da MP 471."

Lytha informou que não teve participação nas discussões para a edição da MP, tampouco foi beneficiária de pagamentos da Marcondes & Mautoni. O escritório Spíndola Palmeira explicou que os valores se referem a honorários "por serviços de consultoria jurídica na área tributária", sem relação com a MP. "Nunca atuamos nesse assunto."

Contratos previam pagamento parcelado

- Os contratos de lobby negociados por montadoras para conseguir uma medida provisória no governo Lula estabeleceram pagamentos de forma parcelada, a serem feitos durante a vigência da norma. Conforme pactuado nos documentos, as empresas Marcondes & Mautoni e SGR Consultoria Empresarial, que trabalharam para viabilizar o texto, receberiam uma "taxa de sucesso" a ser dividida nos anos de 2009 a 2015. Os contratos estabelecem o pagamento de "honorários de êxito" em caso de "edição do ato normativo". Os documentos descrevem as parcelas a serem pagas aos lobistas conforme o sucesso da empreitada e o tempo de vigência da MP. / a.m. e f.f.

Correio Braziliense

Neymar continua na mira do Fisco

Correio Braziliense - 03/10/2015

A Receita Federal mantém o foco sobre Neymar, após o jogador ter tido R\$ 188,8 milhões bloqueados pela Justiça, a pedido do órgão, conforme divulgou o Correio em 25 de setembro. O subsecretário de Fiscalização da Receita, lagoar Jung Martins, afirmou ontem que o processo é "impecável" e as chances de manutenção do lançamento são "muito grandes". Caso seja condenado pelos crimes de sonegação fiscal e fraude, o atleta ainda está sujeito a até 12 anos de prisão.

O caso, por enquanto, está no âmbito administrativo, em que o jogador já entrou com recurso. Segundo Martins, a representação fiscal para fins penais está pronta, mas depende de decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para prosseguir à esfera jurídica. "Só quando o Carf declarar que o tributo é, de fato, devido, o Ministério Público pode entrar com ação

criminal", explicou. Embora não haja prazo definido, ele estima que o processo administrativo demore, no máximo, um ano e meio.

Segundo o desembargador federal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, Carlos Muta, o bloqueio foi necessário porque a dívida tributária do atacante ultrapassa 30% do patrimônio declarado por ele, de R\$ 244,2 milhões. Os fiscais da Receita identificaram risco de esvaziamento patrimonial e, por isso, propuseram a ação cautelar. "O bloqueio dos bens foi feito para garantir a dívida", resumiu o subsecretário. Ele afirmou ainda que há fortes indícios da ocorrência do crime fiscal, motivo pelo qual acredita ser grande a probabilidade de manutenção do bloqueio.

No mesmo dia em que os bens foram congelados, os pais de Neymar, que administram parte da fortuna do atleta, negaram, em nota, que tenha havido sonegação. Na última segunda-feira, o empresário Wagner Ribeiro, que intermediou a transferência do atacante para o Barcelona, divulgou carta aberta ao pai do jogador, na qual o aconselha a fechar as empresas da família no Brasil e colocar o dinheiro em paraísos fiscais.

O conselho foi ironizado pelo subsecretário da Receita. Ele lembrou que, caso o jogador siga a recomendação, todos os contratos de publicidade recebidos no Brasil, que fossem revertidos ao exterior, estariam sujeitos a 25% de tributo. Ou seja, ele pagaria muito mais impostos do que mantendo os bens no país. "Se a orientação é fazer essa remessa de forma não declarada, para esconder o patrimônio lá, ele corre o risco de responder por ação criminal", apontou Martins.

Segundo o subsecretário, outros 60 jogadores de futebol estão na mira da Receita. "A ação judicial tem natureza pública e, por isso, podemos identificar as pessoas. Ninguém está acima da lei tributária. E, da fiscalização da Receita ninguém escapa", declarou. (AA)